

M. LOPES DE ALMEIDA

A PÁGINA  
MAIS GLORIFICADORA  
DA HISTÓRIA  
DE PORTUGAL

SP

RC  
MNCT  
94  
ALM



526



A PÁGINA  
MAIS GLORIFICADORA  
DA HISTÓRIA DE PORTUGAL



\*

DISCURSO PROFERIDO PELO DOUTOR  
M. LOPES DE ALMEIDA, PROFESSOR  
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, NA  
CERIMÓNIA INAUGURAL DAS COMEMO-  
RAÇÕES HENRIQUINAS, REALIZADA EM  
4 DE MARÇO DE 1960 NA SALA DAS  
SESSÕES DA ASSEMBLEIA NACIONAL SOB  
A PRESIDÊNCIA DO CHEFE DO ESTADO



EDIÇÕES PANORAMA

Re  
YNCT  
94  
ALM



Com os cumprimentos de

Manuel Lopes d'Almeida  
Professor da Universidade de Coimbra





**E**STA oportunidade é talvez a única que me é dada para dirigir a V. Ex.<sup>a</sup>, enternecidamente, a saudação em que ponho o agradecimento muito sincero do meu coração de português, modesto sim, mas sem enleio. Eu não sei compreender os outros senão pelos affectos da minha sensibilidade e pelos aplausos da minha pobre intelligência, mas numa e noutra coisa diz a palavra sempre o que a razão anima. Sou um homem qualquer, mas adivinho que falam pela minha boca milhões de portugueses derramados no Mundo, que nesta hora de jubileu nacional vêem na presença augusta do Chefe do Estado o símbolo da unidade espiritual sem o que as nações não são grandes, nem prósperas, nem felizes.

E com razão, porque ao reconhecimento das excelsas qualidades pessoais de V. Ex.<sup>a</sup>, que são o timbre de uma vida impoluta, ajunta a nossa gente o gosto da simplicidade e da affectiva cordura com que V. Ex.<sup>a</sup> a cativa de forma perdurável. Deus me perdoe se nalguma coisa me excedo, mas parece que por nova influção providencial os desti-

nos desta nossa terra volveram às mãos de um homem do mar, afeito, como os maiores da sua arte, às bruscas mutações dos horizontes, atento ao pulsar da vaga e das estrelas, sereno e confiante na disciplina exaltadora das qualidades e dos méritos de quem o segue e o acompanha.

Por fortuna excepcional nos é possível abrir este ciclo das comemorações henriquinas sem quebra do progressivo ritmo da nossa vida actual e na plena consciência de todos os nossos deveres para com o presente e o futuro. Nós bem sabemos os trabalhos e os dias que estão para vir, mas a força para resistir-lhes não se encontrará somente na robustez das condições materiais da vida. Esta é uma imposição de necessidade. Porém, há outras que nos obrigam e determinam como apelo e convocação do nosso ser moral. A isto se tem chamado a consciência da história, que povo nenhum pode ignorar ou esquecer quando por forma válida e persistente reencontrou os moldes do seu rejuvenescimento espiritual e põe com vontade expressa a sua própria alma a claro.

Eis o motivo por que, na confiança indesmentível da nossa capacidade actuante e no sentimento íntimo da missão que nos cabe prosseguir, relembramos neste ano a página mais glorificadora e exaltante da história pátria, aquela mesma que se imprimiu com significação profunda na história universal. Essa hora foi esplêndida e singular, e então o Mundo se conheceu a si mesmo por obra

e maravilha dos grandes feitos do mar. Mas há-de o homem só contentar-se com o fruto desta admiração?

Quando Portugal iniciou a obra da expansão marítima, aqueles tempos não eram de comedida expectativa nem de bonanças. Requeriam a fértil aplicação da inteligência aos problemas e às formas de exercício das relações políticas internacionais, e a atenção mais clarividente ao acréscimo de nova seiva, rica e fecunda, que dominava a própria vida da Nação. Os séculos anteriores haviam criado e definido as bases fundamentais de uma civilização comum ao Ocidente, à qual está intimamente ligada a vida e a actividade da Igreja na condução da grande família dos povos ocidentais, talhando por vezes o seu destino e imprimindo-lhes o seu próprio sentido de coesão. Contudo, este mesmo espírito já manifestava nos fins do século XIV claro sintoma de desagregação, sobretudo nas jovens nações que surgiam no Ocidente, exactamente quando empalidecia a ideia unitária de império e também enfraquecia o laço espiritual que se havia sobreposto aos particularismos políticos. A sociedade internacional, em que nos integrávamos como elemento específico e actuante da ideia que presidira à formação da cristandade ocidental, perdia, pouco a pouco, o sentido da obediência ao primado espiritual que durante todo o século anterior fizera de Roma o luzeiro e centro indiscutível da suprema orienta-

ção temporal dos países europeus. Tempos eram esses que parecia rematarem num largo período de estagnação. Todavia, não estavam esgotados os grandes tesouros da concepção cristã do universo e da vida, e coube às nações da Península Ibérica a missão transcendente de se empregarem com forças novas lá onde o ideal do cavaleiro cristão ergueria o sinal do triunfo e da esperança.

Portugal nascera numa escassa faixa do noroeste das Espanhas, desenvolvera-se na luta áspera contra o poder aglutinador do mais forte reino peninsular e no combate valente e árduo contra o domínio do invasor islamita. Na terra de primitivo berço, inicial e circunscrita a circunstâncias e imposições da política temporal, convergiram factos impressionantes de raça, língua e cultura que originaram e espargiram o espírito de autonomia cujo resultado imediato foi a valorização dessa parcela territorial e o eclodir da nacionalidade portuguesa. Este processo de ascensão política conjuga-se estritamente com o sentimento de participação impositiva e solidária na defesa da vida e da civilização cristã, sentimento que é efeito de uma fé ardente, imperiosa e apaixonada.

Quaisquer que hajam sido os elementos heterogéneos que constituíam a população em que se organizou o Estado e as conjunturas em que viveram e persistiram as gentes durante muitos séculos da Reconquista, é inequívoco que duas forças cria-

ram a solidariedade colectiva: o cristianismo e a determinação e ascendência dos grandes senhores e dos príncipes. A fidelidade à crença não a pudera mutilar o domínio nem a cultura sarracena, apesar das calamidades provindas à disciplina da Igreja, das heresias, das perseguições, do martírio, das disputas doutrinais. Quatro séculos depois de iniciada a gloriosa restauração das Espanhas foi esta fidelidade do elemento cristão que condicionou o forte sentimento de coesão moral dos homens daquelas eras.

Mas o sentimento de unidade nacional é obra dos chefes, da acção sistemática, oportuna e convincente que se elabora dentro de limites territoriais, como primeira garantia da independência do Estado. Por um acto «atrevidamente significativo» Afonso Henriques, «cuja lança, escura faz qualquer estranha glória», proclamou em São Mamede o senhorio de Portugal.

Desde muito cedo, logo nos alvares da nacionalidade portuguesa, o mar foi um adjuvante poderoso de articulação das actividades do litoral com o produto das fainas gradualmente desenvolvidas das parcelas rurais. Não deixa de ter significação nos segredos profundos do devir humano, da fonte de que mana e corre o dinamismo criador da consciência de nacionalidade e seu destino porvindoiro, que num ponto de confluência litorânea tenha nascido e perdurado o nome sempiterno

terno por que nos chamamos e gloriamos no Mundo.

Os dois primeiros séculos de vida independente assinalam-se pela actividade castrense das hostes afonsinas, que alargam e definem o território nacional do Minho ao Algarve, mas a conquista não era a única garantia de sobrevivência do novo estado peninsular. O privilégio das armas pedia e suscitava a valorização e enriquecimento da terra, de que a época dionisiana oferece sem dúvida o mais rasgado e feliz intento de novo surto económico. É certo que nas gerações precedentes se denotara a preocupação de fixar as populações e de intensificar com os colonos estrangeiros a ocupação das terras recentemente libertas do crescente islâmico. Mas foi a política agrária do grande Rei-Trovador, com a instituição de casais agrícolas e a concessão de privilégios à nobreza terrantês, que prendeu o homem ao solo pátrio e lhe deu nítida consciência de posse e robusta noção de individualidade nacional.

Nós possuímos testemunhos bastantes para nos elucidarem sobre a existência, naqueles primeiros séculos, de um movimento de comércio marítimo que ligava a orla litoral do nosso país a grandes centros comerciais do Norte da Europa e do Mediterrâneo. Sabemos que os Portugueses concorriam e frequentavam algumas das mais importantes feiras e mercados do ocidente e do leste europeu. E já então, recuperados ao antigo ocupante os

principais portos marítimos e fluviais, se constituiria uma activa indústria de construção naval, à qual o patrocínio e favor real hão-de imprimir uma estrutura eficaz e criar-lhe assim condições de desenvolvimento e segurança bem notáveis com a prudente e auspiciosa legislação fernandina.

Quase a encerrar-se o século XIV, a falta de um varão que assegurasse a sucessão dinástica provoca uma crise do Estado cujas consequências não eram de momento previsíveis em toda a sua extensão e cujo termo final não era fácil conjecturar.

Esse acontecimento põe em sobressalto o sentimento nacional, que ao longo de três séculos se fora elaborando dentro dos mesmos limites territoriais na solidariedade dos interesses convergentes dos reis e dos povos.

O que durante a crise decisivamente se quebra é o laço tradicional e outrora constante da subordinação pessoal ao princípio de legitimidade, e o que de novo friamente se implanta é a ideia realista da razão de Estado.

De pequeno se faz grande o coração dos homens, nos sonhos e nas esperanças, quando todo o inflama e enche o sentimento que provém do próprio instinto de conservação da vida individual ou colectiva, de defesa dos valores que são a razão da sua presença e continuidade.

Mas, grandes obrigações chama sobre si quem não sabe avaliar as forças de que dispõe e se lança

temerariamente a cometimentos inusitados. Se isto é verdadeiro na ordem individual — que há-de considerar-se quando a mesma decisão se transporta para o plano da acção colectiva e nacional? Um homem sòzinho pode enfrentar situação bem grave com alegria e confiança, se a alma não lhe é pequena. Um povo, porém, deve compassar suas reais possibilidades de deliberação e resistência com as circunstâncias muito peculiares que o sollicitam ao cumprimento de sua vocação e destino. Arrojado foi David, porque usou com galhardia da sua funda certaíra, mas grande, grande foi Moisés, porque incutiú alento e confiança ao seu povo para romper as trevas do Egipto e conseguiu guiá-lo trabalhosamente até onde estava profetizado e prometido.

A crise de 1383-1385 é acontecimento sem par na história portuguesa, e no conjunto de sucessos a que deu origem salientam-se com límpido realce as figuras predominantes do Mestre de Avis, de Nun'Álvares e de João das Regras.

O Mestre é a figura para quem se dirigem os anseios e a vontade da classe nova, que no declinar da Idade Média caminha e ascende ao primeiro plano da vida pública por entre hesitações e embaraços, é certo, todavia com o ímpeto emocional que tempera as almas para que não pereçam os seus ideias de vida. Nun'Álvares é o génio das batalhas que decidem a integridade da Pátria e em cujos propósitos se antecipa uma revelação



providencial, como só conhecem os corações nobilíssimos que na pureza e na graça pulsam e velam sem jamais descansar.

Os ricos da riqueza que é virtude, são bem-aventurados, e por eles faz Deus as obras de resgate e grande preço nas angústias deste mundo.

João das Regras é a razão fria, a ordenação lógica, o espírito jurídico que organiza e defende o Estado, da linhagem dos juristas profissionais, cuja ambição suprema era a de formar a título de *milites legum*, de *milites regis* uma nova nobreza, a nobreza da toga. Homens como este, dos princípios colhidos no estudo do direito romano renascido, concluíam que o poderio do Estado sobrelevava a tudo. Nas cortes de Coimbra, o ordenamento lógico da sua argumentação vai directo e expresso ao fim útil e necessário, qual é o do reconhecimento e adopção do Mestre de Avis como Rei dos Portugueses, pela eliminação forçosa de qualquer outra candidatura ao trono.

Quando o velho cronista proclamava que na idade que começou nos feitos do Mestre «se levantou outro mundo novo, e nova geração de gentes», exprimia como seguro observador e até participante, quanto se transformara a vida e a face da Nação, quanto a crise se volvera em revolução profunda, nas ideias e nas intenções, nos hábitos e nas leis. O que nos surpreende no carácter desses homens, cujos avós mal conheciam o desejo de submeter-se ao interesse geral do Estado, é o seu

devotado patriotismo, conceito e ideia agora intimamente justificados e consequência inamovível da funda transformação política e social a que assistiam. Foi esse juízo e sentimento de portugalidade o enérgico sustentáculo e amparo da nossa independência, que o heroísmo consolidou nos campos de Aljubarrota por fortuna e decisão feliz de um prélio de vida ou morte.

Só ao fim de um quarto de século ficou a paz definitivamente assegurada, e desse momento em diante pôde a Nação encaminhar-se aos novos rumos em que pressentia o seu futuro. Na guerra se afeiçoara o seu duro coração batalhador, nas lides da inteligência política amoldara-se-lhe o vivo sentido das realidades momentâneas, e as feridas abertas pela ameaça vigorosa dos Turcos não eram um perigo illusório para as gentes do Ocidente. A Cristandade, apesar de muitas razões de pessimismo, conservava contudo o tesouro único e inapreciável da sua fé, tesouro de que a Igreja era em primeiro grau a depositária fiel, ainda militante e triunfante a despeito das querelas e dos golpes que já sofrera. Os Turcos eram o novo flagelo de Deus, e o Islão, aqui bem próximo, mantinha-se no seu último reduto peninsular e persistia quase às portas como foco de agressão e resistência.

Em 1415 saía do Restelo a expedição a Ceuta, preparada com «formosa dissimulação» pelo Rei e pelo seu Conselho, e nela tiveram papel determi-

nante os jovens infantes a quem alimentava a tradição nacional do espírito de cruzada e o desejo de ganhar as honras da cavalaria. E não só isso, mas o impulso da seiva nova e criadora que atraía e incitava a nova sorte de empreendimentos, à efectivação progressiva de objectivos cujo remate, afinal, atingirá os confins do Mundo.

É positivo, pelo mais valioso testemunho contemporâneo, que o Infante D. Henrique, mais do que ninguém, se entusiasmou com o projecto da conquista de Ceuta, empregando-se na sua preparação de alma inteira e pedindo desde logo o lugar da dianteira no assalto à bela cidade do norte africano. Nesse feito, que se afigurara ao Condestável «sòmente... revelado por Deus», o Infante D. Henrique apenas entrado na maioridade deu a justa medida do seu temperamento pertinaz, da classe da sua capacidade física e sobretudo da alta qualidade do seu espírito varonil. Três meses após o regresso da feliz expedição, manda o Rei D. João I que se entreguem à administração de D. Henrique os dinheiros para a defesa de Ceuta, cabendo-lhe desta maneira uma incumbência muito pesada, pois a nova conquista era uma chave do Mediterrâneo, onde quaisquer navios que se armavam contra os infiéis «vinham ali fazer devisa».

O facto mais saliente que se prende estreitamente às actividades do inclito infante por esta época, é sem dúvida o de trazer com permanên-

cia armadas no mar. Nesses caminhos é que hão-de ganhar ciência e experiência os ousados caravelistas de quatrocentos, sob a vigia e condução superior do «generoso Henrique».

A primeira expedição científica de que há memória data desse momento, e a nossa reflexão é naturalmente solicitada por esse acto inicial, demonstrativo de uma ardente aptidão perscrutadora e de um sagaz entendimento dos mistérios do mar. Temos aqui a prova e a certeza infirmativas de algumas ficções resultantes do carácter sumário e impreciso de certos juízos com que se avaliaram as primeiras tentativas de devassa do Mar-Oceano. O conhecimento da natureza não deixaria por essa altura de tentar os espíritos curiosos de concreto, de observação e de explicação, e nenhum quadro mais vasto se oferecia à curiosidade e à experimentação do que a amplidão das águas custosamente rasgada pelo esforço e diligência dos navegadores portuguezes quatrocentistas.

E o facto é este:—No próprio ano de 1415, algumas caravelas batidas pela tormenta foram parar às Canárias e, na volta, toparam com as grandes correntes de mar entre essas ilhas que só a muito custo puderam vencer. O caso, invulgar e desconhecido, foi proposto ao Infante, que logo no ano seguinte enviou um «cavaleiro nobre, Gonçalo Velho, para além das Canárias, ao longo da beira-mar, desejando saber a causa de tão grande corrente».

Foram decisões como esta, verdadeira atitude científica que só muitos anos depois seria preocupação inegável dos homens do Renascimento, que permitiram criar a nova técnica de navegação; e, para o conseguir, teve o Infante de chamar a si e socorrer-se de homens práticos, de cavaleiros nobres e escudeiros que os chefiassem por seu encargo, homens práticos em que se distinguiam os do Algarve, «pela maior parte... audazes e fortes especialmente sobre mar». Com gente como esta, intemerata e forte, se reconheceram os ventos gerais do Atlântico e as condições que permitiam tanto as viagens de ida para o sudoeste como a volta pelo largo, se estudaram os meios de eficiente adaptação dos navios, se elaboraram as cartas e os mapas novos, esforço inteligente e laboriosa preparação marítima que promoveram e asseguraram uma lição positiva da experiência náutica.

«Assim fomos abrindo aqueles mares, que geração alguma não abriu...» — E os versos luminosos de Camões, na consonância melódica que os anima, têm vida e movimento iguais à hora primicial, transmarina e impretérita, em que se abriram os novos mundos ao Mundo.

É fora de dúvida que as empresas marítimas só começaram depois da conquista de Ceuta. Nessa cidade, levantado o cerco de 1419, permaneceu o Infante durante três meses; e não será adivinhação dizer que provavelmente aproveitou essa esta-

dia para colher informações directas sobre a África ainda misteriosa, dos mouros prisioneiros ou de comerciantes que frequentavam aquelas paragens, pois ali aportavam genoveses e levantinos, grandes corredores de mares e velhos agentes de permutação comercial com os árabes que vinham do interior às praias do mar. Por essa altura, que conhecimentos eram já os seus e que instigações e notícias teria recolhido nas fontes orais ou livrescas, nas cartas ou nos mapas?

Dos sucessos relativos ao reconhecimento da costa africana, desde o Cabo Não até à ultrapassagem do Cabo Bojador, onde Gil Eanes «achou as cousas muito pelo contrário do que ele e os outros até ali presumiram», nada sabemos ao certo. Tão-pouco estamos cientes do que respeita ao descobrimento inicial das ilhas de Porto Santo, Madeira e Açores. São quase duas décadas de actividades que decorrem na obscuridade e na incerteza, quanto importa à ordem dos factos e ao nome dos «outros», daqueles que precederam Gil Eanes e a quem explicitamente se não refere o cronista Zurara nem qualquer testemunho incontroverso. Mas esses foram anos de aprendizagem e tenacidade, de formação marinheira, de tomar o ponto e «saber a verdade», ao longo de uma costa abrupta, aparcada e deserta, anos sem brilhantes êxitos mas propiciatórios dos grandes empreendimentos na história da marinharia, antecipadores

dos descobrimentos famosos de que o Infante D. Henrique foi realmente «o primeiro inventor».

Estas palavras de Cadamosto, o navegador veneziano ao serviço do Infante, significam o reconhecimento contemporâneo da primazia henriquina.

A mesma consciência e compreensão sincera desse facto, tão relevante e decisivo na história do Mundo, teve Mosén Diego de Valera, humanista e historiador ilustre daquela idade, chamando ao insigne príncipe de Avis «homem mui notável... que ensinou os Portugueses a navegar».

Deste modo, dois homens de formação intelectual bem diversa e cuja vida se empregou em tarefas dissemelhantes, entenderam lúcidamente o que representava de espírito novo o incremento genuíno de uma ideia que transportava a novos rumos a vida e a civilização europeias. O nosso país arrojara-se à empresa febricitante da expansão além-mar com todas as forças da inteligência e do saber, com todo o empenho dos recursos nacionais, no desenvolvimento de um plano judicioso e obstinado, clarividente das realidades ocasionais, consciente e sem temor das brumas do longe e da distância. Quanto vai do pensamento à acção, da inteligência à vontade, tudo foi obra e primor de um homem para o homem, na mais alta expressão da sua mundividência.

A história dos Descobrimentos na primeira metade do século XV é a história da vida do

Infante D. Henrique. Nós não podemos recontá-la a par e passo, que o não permite esta solenidade como é de razão, mas é possível extrair dela uma breve consequência.

Quando Oliveira Martins asseverou que ficámos devendo ao Infante D. Henrique uma segunda pátria, e a civilização universal uma das duas ou três conquistas fundamentais, o eminente escritor proferiu uma verdade incontestável.

Pois que foi o Mundo para os Portugueses, desde a hora liminar da expansão marítima, senão uma segunda pátria? A pátria é a terra de eleição, é o povo na sua unidade substancial, é a língua na sua modulação e harmonia, é a crença que nos foi outorgada na revelação divina.

Quando os Portugueses na devassa das terras novas, nelas se fixaram e para aí transplantaram alma e vida, instituições e cultura, constituíram-nas como pátria consubstancial e sagrada. Algum desses valores que identificam as criaturas na sua eminente dignidade humana e cristã, foi empequelecido ou olvidado na sua significação institucional ou moral? Se a consciência universal não se obliterou totalmente, há-de ter uma resposta para isto.

A gente lança os olhos por este mundo além, à África, que nos conhece desde os tempos em que ela mesma se desconhecia, que sabe a enormidade do sacrificio de sangue que lhe oferecemos e ainda damos, e vê que, na radiosa floração da sua



vida actual, está o germe criador que no espírito lhe inculcamos. A gente volve os olhos para além do Mar-Oceano, com enternecido orgulho e devotamento fraternal, e sente que nenhuma alegria de alma pode ser maior que uma visita de família, formada há mais de quatro séculos sob as bênçãos da primeira cruz ali erguida. Brasil, meu Portugal gigante! exclamou um poeta, e em poucas palavras disse muito. A gente volta os olhos ao Oriente, aonde o que lá se mostra de santificado e de illustre fama é nosso, e nada apagará o que muitos séculos não se atreveram a consumir.

A nossa pátria está dispersa por muitos territórios no Mundo, e o que a faz grande é o laço moral que os envolve a todos, os unifica e consolida. Habitúamo-nos por isso a conhecer muito mundo, na sua configuração geográfica e na variedade das múltiplas camadas populacionais. Desde todo o princípio da expansão ultramarina uma ideia nos possuiu e guiou: — viver e conviver na paz de Cristo, que não há outra verdadeira. Nunca soubemos — e ainda bem — distinguir os homens pelos seus caracteres antropológicos; e a todos, como a criaturas de Deus, chamámos às verdades da nossa fé, pela persuasão, pela fraternidade e até pelo martírio. Trabalhámos, suámos, encanecemos como antigos e afadigados abridores de caminhos, construtores de cidades, plantadores de vales e de cerros, com coragem, com obstinação, hábeis como poucos, persistentes como nenhuns.

E tudo isto há-de o Mundo ignorar ou omitir? Ao que é de obrigação não se deve reconhecimento?

Não há coisa que mais valha do que a paz da consciência, e esta tanto é válida para os homens como para as nações. Nascemos, falo só dos Portugueses, para cumprir uma vocação e um destino, que a vida e a história assinalam com distinção invulgar. As tarefas do Portugal hodierno prolongam convictamente a ideia de missão que nos legou o excelso Infante D. Henrique, ao cerrar os olhos na sua «honrada vila» do Algarve. E nesta hora soleníssima, em que todos erguemos o pensamento à memória gloriosa do insigne Príncipe de Avis, que o seu espírito nos reconforte, e una e estimule no amor de Portugal.



COMPOSTO E IMPRESSO NA  
COMP. NACIONAL EDITORA  
TRAVESSA DAS MERCÊS, 4 A 10  
LISBOA — 1960





RÓ  
MU  
LO



CENTRO CIÊNCIA VIVA  
UNIVERSIDADE COIMBRA

\*1329725625\*

